

QUEROCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A

Av. Antônio Frederico Ozan, 101, 3º andar, bairro São Luís, Canoas, RS, CEP 92420-360.

CNPJ: 49.035.310/0001-30

Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2025.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração Resultado Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Exercício;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório dos Auditores Independentes.

Demonstrações divulgadas no site em **30/09/2025**.

<https://querocred.com.br/politicas/>

A Diretoria da **QUEROCRED** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

GIOVANA STEFANI
ZAFFARI:01711297
097

Assinado de forma digital
por GIOVANA STEFANI
ZAFFARI:01711297097
Dados: 2025.09.24
12:01:56 -03'00'

GIOVANA STEFANI ZAFFARI
Diretora Administrativa Financeira

PAULO EDUARDO PEREIRA
CRC SC 030018/O-3

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, GIOVANA STEFANI ZAFFARI, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Setembro de 2025

GIOVANA STEFANI ZAFFARI:01711297097
097

Assinado de forma digital
por GIOVANA STEFANI
ZAFFARI:01711297097
Dados: 2025.09.24
12:02:46 -03'00'

GIOVANA STEFANI ZAFFARI
Diretora Administrativa Financeira

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: QUEROCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A., em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2025. Pretendemos para o próximo exercício manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2025 (Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

ATIVO

	30.06.2025

CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	
Disponibilidades (Nota 3)	922.430,45
Operações de crédito (Nota 4)	473.919,38
Outros créditos	110.000,00

Total do circulante	1.506.349,83
Realizável a longo prazo	
Operações de crédito (Nota 4)	173.960,87

Total do não circulante	173.960,87

Total do circulante e não circulante	1.680.310,70
PERMANENTE	
Imobilizado (Nota 5)	6.104,03

Total do permanente	6.104,03
Total do ativo	1.686.414,73
	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 (Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

PASSIVO

	30.06.2025

CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	
Outras obrigações (Nota 6)	303,67
Fiscais e previdenciárias (Nota 7)	73.246,73
Provisão para pagamentos a efetuar (Nota 8)	22.708,28

Total do circulante e não circulante	96.258,68

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social (Nota 10)	2.000.000,00
Prejuízos acumulados	(409.843,95)

Total do patrimônio líquido	1.590.156,05

Total do passivo e patrimônio líquido	1.686.414,73
	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO **EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025**

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

30.06.2025

Receitas operacionais

Rendas de operação de crédito	103.422,08
Rendas com títulos e valores mobiliários	8.661,65
Rendas com prestação de serviços	17.400,54
Outras receitas operacionais de operação de crédito	828.502,66
Reversão de provisão para risco de crédito	2.666,32

Total receita operacional 960.653,25

Despesas operacionais

Despesas de pessoal	(136.727,15)
Despesas de processamento	(141.081,46)
Despesas de promoções e relações públicas	-
Despesas com propaganda e publicidade	-
Despesas de serviços de sistema financeiro	(1.949,48)
Despesas de serviços técnicos	(142.452,41)
Despesas de transporte	(12.739,50)
Despesas tributárias	(2.436,27)
Despesas de viagem	-
Outras despesas administrativas (Nota 10)	(7.067,50)
Aprovisionamentos e ajustes	(1.146,31)
Outras despesas operacionais	(73.954,60)

Total das despesas operacionais (519.554,68)

Resultado operacional 441.098,57

Outras receitas e despesas não operacionais 8.482,96

Resultado antes do IRPJ e CSLL 449.581,53

Imposto de renda e contribuição social (96.067,32)

Lucro (prejuízo) do semestre **353.514,21**
=====

Ações em circulação no final do exercício 2.000.000
Lucro (prejuízo) por ação – R\$ 0,177
=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

	30.06.2025

Lucro (prejuízo) do semestre	353.514,21
Outros resultados abrangentes	-

Total do resultado abrangente	353.514,21
	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total
	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.000.000,00	(776.939,65)	1.223.060,35
Ajuste de exercício anterior (Nota 11)	-	13.581,49	13.581,49
	-----	-----	-----
Saldo de 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	2.000.000,00	(763.358,16)	1.236.641,84
Lucro do semestre	-	353.514,21	353.514,21
	-----	-----	-----
Saldos em 30 de junho de 2025	2.000.000,00	(409.843,95)	1.590.156,05
	=====	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

30.06.2025

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Lucro (prejuízo) do semestre	353.514,21
Ajustes por:	
Depreciação	1.146,31
Ajuste de exercício anterior	13.581,49
Provisão para risco de crédito	20.042,41

Redução (aumento) da variação de ativos:

Títulos e valores mobiliários	224.763,25
Operação de crédito	(309.559,59)
Outros créditos	(110.000,00)

Aumento (redução) da variação de passivos:

Fornecedores	(8.287,43)
Outras obrigações	36,48
Fiscais e previdenciárias	66.737,00
Provisão para pagamentos a efetuar	5.181,02

Caixa líquido das atividades operacionais	257.155,15
---	------------

AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	257.155,15
--	------------

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	665.275,30
---	------------

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	922.430,45
--	------------

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE JUNHO DE 2025

(Valores expressos em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Querocred Sociedade de Crédito S.A. (“Companhia” ou “Querocred”) tem por objeto social realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como prestação de serviços de análise de crédito e cobrança extrajudicial para terceiros.

A Companhia foi constituída, de acordo com o seu estatuto social em 13 de dezembro de 2021 e suas operações tiveram início em 01 de março de 2023. A Companhia está sediada na cidade de Canoas no Estado do Rio Grande do Sul.

Em 16 de novembro de 2022, a Querocred Sociedade de Crédito Direto S.A. obteve sua autorização pelo BACEN para funcionar como sociedade de crédito direto, de acordo com a publicação do Diário Oficial da União. Desta forma, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis às instituições regulamentadas por este regulador, inclusive no tocante a forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de agosto de 2025.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações contábeis está de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução vigente estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021, as instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de eventuais ativos e passivos financeiros, os quais são mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Disponibilidades

Disponibilidades incluem dinheiro em caixa, depósitos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Títulos e valores mobiliários

2.4.1. Classificação

(a) Ativos financeiros

A Companhia avalia e classifica seus ativos financeiros para Negociação: adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e apresentados no Ativo Circulante independentemente de seu prazo de vencimento. Registrados ao custo de aquisição e acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

2.4.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5. Operação de crédito

As operações de crédito estarão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

A provisão para risco de crédito está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar.

2.6. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e geram lucro tributável.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota explicativa nº. 5. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.9. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.11. Reconhecimento da receita

As receitas com rendas e serviços representam o valor faturado ou atualizado pelo regime de competência, recebido ou a receber pela operação de crédito no curso normal das atividades da Companhia e é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta.

3. DISPONIBILIDADES

	30.06.2025

Bancos conta movimento	922.430,45

	922.430,45
	=====

4. OPERAÇÃO DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pela sua Classificação por Carteira (C1 a C5), faixa de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado. A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021.

a) Classificação por operação de crédito

	30.06.2025		

	Circulante	Não Circulante	Total
	-----	-----	-----
Empréstimos	324.039,58	21.693,61	345.733,19
Direitos creditórios descontados	146.964,81	-	146.964,81
Financiamentos	78.499,38	154.498,65	232.998,03
(-) Provisão para perdas	(63.259,74)	-	(63.259,74)
(-) Provisão adicional	(6.890,40)	(2.231,39)	(9.121,79)
(-) RD – TJEO Diferenciada	(5.434,25)	-	(5.434,25)
	-----	-----	-----
	473.919,38	173.960,87	647.880,25
	=====	=====	=====

b) Composição das carteiras de operações de crédito

Composição de carteira de operações de crédito	30/06/2025
-----	-----
Empréstimos – Capital de giro	276.290,15
Direitos creditório descontado	144.060,99
Financiamento	227.529,11

Total	647.880,25
	=====

c) Classificação por estágio de Risco de Crédito

Composição de carteira de operações de crédito	30/06/2025
-----	-----
Metodologia Simplificada – Ativos não problemáticos	
Direitos creditório descontado	422.555,21
Financiamentos	230.759,75
Metodologia Simplificada – Ativos problemáticos	
Empréstimos e direitos creditórios	66.946,82

Total	720.261,78
	=====

d) Classificação por carteira de Crédito

Carteira C2	230.759,75
Não Problemáticos	230.759,75
De 0 a 14 dias de atraso	230.759,75
Carteira C3	146.851,16
Não Problemáticos	146.851,16
De 0 a 14 dias de atraso	146.851,16
Carteira C4	63.049,76
Problemáticos inadimplidos	63.049,76
Inadimplido – Período igual ou maior que 13 e menor que 14	12.917,91
Inadimplido – Período igual ou maior que 14 e menor que 15	50.131,85
Carteira C5	279.601,11
Não Problemáticos	276.031,80
De 0 a 14 dias de atraso	276.031,80
Problemáticos inadimplidos	3.569,31
Inadimplido – Período igual ou maior que 13 e menor que 14	3.569,31

e) Composição por nível de risco:

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total 30.06.2025
Empréstimos e financiamentos	-	653.107,47	-	-	-	4.104,55	-	-	63.049,76	720.261,78
Total	-	653.107,47	-	-	-	4.104,55	-	-	63.049,76	720.261,78
% da carteira	-	90,68%	-	-	-	0,57%	-	-	8,75%	100%
Provisão	-	(7.398,29)	-	-	-	(2.191,83)	-	-	(62.791,41)	(72.381,53)

5. IMOBILIZADO

	Equipamentos de Informática	Total
CUSTO TOTAL		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.463,20	11.463,20
Aquisição	-	-
Baixas	-	-
Transferências	-	-
Saldos em 30 de junho de 2025	11.463,20	11.463,20
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(4.212,86)	(4.212,86)
Depreciação	(1.146,31)	(1.146,31)
Baixas	-	-
Saldos em 30 de junho de 2025	(5.359,17)	(5.359,17)
Valor residual – 30/06/2025	6.104,03	6.104,03
Taxa anual de depreciação - %	20,00	20,00

6. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30.06.2025
Operações de crédito – IOF	303,67
	303,67

7. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

30.06.2025

Imposto de renda	43.022,10
Contribuição social	20.927,48
Irrf sobre serviços	377,26
Irf sobre salários	396,87
Csrf – Contribuições	1.188,76
Inss sobre salários	3.016,68
Fgts sobre salários	671,53
Cofins	2.965,47
Pis	481,89
Iss	198,69

	73.246,73
	=====

8. PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

30.06.2025

Provisão férias e 13º salário	16.190,67
Provisão inss sobre férias e 13º salário	5.222,38
Provisão fgts sobre férias e 13º salário	1.295,23

	22.708,28
	=====

9. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2025 o capital social, era de R\$ 2.000.000,00, dividido em 2.000.000,00 ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma:

Sócios	Participação %	Quotas Quantidade	Capital Social
-----	-----	-----	-----
Rodrigo Stefani Guindani	25	500.000,00	500.000,00
Luiz Carlos Stefani	25	500.000,00	500.000,00
Diogo Stefani Guindani	25	500.000,00	500.000,00
Giovana Stefani Zaffari	25	500.000,00	500.000,00
	-----	-----	-----
Total	100	2.000.000	2.000.000
	=====	=====	=====

10. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30.06.2025

Despesas com telefone	(5.749,40)
Despesas multas e juros impostos	(15,78)
Outras despesas administrativas	(1.302,32)

	(7.067,50)
	=====

11. AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a empresa revisou a classificação e mensuração de seus ativos financeiros. Como resultado dessa reavaliação, identificou-se um aumento total de R\$ 13.581,49 no patrimônio líquido, decorrente da reclassificação da mensuração inicial de provisões ativas. Essa reclassificação reflete de maneira mais adequada o valor justo desses instrumentos financeiros, alinhando-os às práticas contábeis internacionais e proporcionando uma representação mais precisa da posição financeira da empresa.

12. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;
Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada internamente.

1. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O índice de Basileia em 30/06/2025 é de 164%.

GIOVANA STEFANI
ZAFFARI:01711297
097

Assinado de forma digital
por GIOVANA STEFANI
ZAFFARI:01711297097
Dados: 2025.09.24
12:03:57 -03'00'

GIOVANA STEFANI ZAFFARI
Diretora Administrativa Financeira

PAULO EDUARDO PEREIRA
Contador
CRC 030018/O-3

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2025

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre encerrado nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício encerrado nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Não será apresentado exercício comparativo conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2025.



Rosito & Filomena

Auditores Independentes
CRC/RS 3993 – CVM 9091

Jose Albino Filomena
Contador - CRC/RS 43.798

JOSE ALBINO GIARDINO
FILOMENA:27874516087

Assinado de forma digital por JOSE
ALBINO GIARDINO
FILOMENA:27874516087
Dados: 2025.09.23 18:05:05 -03'00'

Cristian R Weschenfelder
Contador – CRC/RS 78.089



Documento assinado digitalmente
CRISTIAN REGIS WESCHENFELDER
Data: 22/09/2025 16:18:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>